

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DIANTE DAS MUDANÇAS DO FINAL DO SÉCULO

*Alba Regina Neves Ramos**

I. Introdução

A importância do investimento em educação não é nenhuma novidade de final de século. É uma necessidade que se reafirma e se renova na busca do equilíbrio perdido e na luta que se trava entre a civilização e a barbárie, nessa difícil transição para o século XXI. Um período em que se discute o fim da história, o fim do desenvolvimento e o fim da Sociedade do Trabalho, entre outros fins, assim como o mundo pós-moderno, o mundo pós-industrial, o mundo pós-tradicional, ou o mundo da comunicação. O que significa uma transição que se propõe a repensar novas e velhas formas da ação cotidiana, da linguagem, do discurso, das esferas de poder, de uma "política de vida", enfim velhos e novos paradigmas para a construção de uma nova ordem da sociedade. É nesse sentido que a educação tem um papel fundamental.

Contudo, repensar, ou priorizar os problemas de ordem social e, sobretudo a educação, não é tarefa fácil, principalmente nos países com forte tradição oligárquica, do mando e da subserviência. Isto significa que, embora haja um consenso entre os diversos setores da sociedade sobre a necessidade de maior investimento em educação, há um descompasso entre o debate e a prática.

Esse torna-se mais visível e mais grave numa sociedade com um frágil projeto social e com um crescimento agravante das desigualdades. É neste sentido que a educação não deve ser tratada apenas no nível de menor ou maior capacidade das escolas, nem da política educacional interna, mas, sim, no contexto das relações sociais.

Pensar nas novas possibilidades de educação é refletir sobre esse contexto. É discutir a crise da modernidade, resgatando a própria idéia de modernidade, discutir o fenômeno mais recente da globalização, assim como o papel da mídia na chamada sociedade da comunicação e, dessa forma,

* Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia e Professora de Sociologia da FACs, Doutora em Sociologia.

Esse texto é uma versão modificada da comunicação apresentada no GT - Educação e Sociedade, no XIX Encontro Anual da ANPOCS, em outubro de 1995.

começar a debater as alternativas para o século XXI, pensando, como diz Bobbio (1992), que não só "*a democracia necessita de cidadãos ativos*", mas que a democratização da democracia é o único futuro para todos os cidadãos. E, nesse sentido, Bobbio constata a necessidade de alguns ideais: o ideal da tolerância, o ideal da não-violência, o ideal da renovação gradual da sociedade.

Pode-se pensar, a partir dessa concepção de "cidadãos ativos", em procurar romper com a noção tecnicista de indivíduos qualificados e não qualificados, que define os talentos até o momento atual. É esse o grande risco quando se discute um projeto educacional para a sociedade dos anos 90. Termos como qualificação, politecnia, polivalência, estão no bojo da discussão das novas demandas do mercado, uma discussão que pode repetir os erros do passado, sedimentando a idéia de cidadãos passivos.

É com este tipo de preocupação que este trabalho se propõe a mostrar a especial relevância da educação na sociedade contemporânea. Uma relevância inquestionável e difundida até no nível do senso comum, notadamente pelas exigências que vêm sendo postas pelos novos paradigmas de produção e de consumo. Exigências que podem ser consideradas significativas e muito importantes principalmente quando se atribui, em boa parte, o sucesso e desenvolvimento econômico de alguns países ao investimento em educação. Mas, o que se pretende ressaltar é que outras dimensões da educação que vão além da produção e da produtividade têm sido insuficientemente ressaltadas. A afirmação de que a educação se coloca como uma das dimensões chaves para construção de um outro tipo de sociedade nos leva a várias questões. A primeira delas é o tipo de sociedade que queremos.

Quais são, portanto, os desafios a serem enfrentados pela educação? Que tipo de projeto pode atender às necessidades crescentes da globalização? Que tipo de projeto vem a se preocupar, ao mesmo tempo, com as particularidades de cada país e a visibilidade do chamado "Quarto Mundo"?

As concepções conflitantes, ou mesmo antagônicas, continuam presentes em relação ao papel social da educação e o risco, como mostra Piccanço (1992, 1995) é de que "sobre a nova ordem tecnológica, o processo e o mercado de trabalho possam vir a comandar as ações no campo da educação".

Tratar a educação como mero fator de produção vai de encontro a uma concepção mais ampla que seja capaz de incorporar todas as formas educativas que ocorrem no interior das relações sociais, inclusive o trabalho, com o objetivo de formar o cidadão enquanto ser político e produtivo, o que implica reconhecer que cada sociedade, em cada época, dispõe de formas

próprias para formar seu intelectuais. Formas chamadas por Gramsci de princípio educativo (Kuenzer, 1992: 115).

Para atender às necessidades de um mercado competitivo internacional, em que há mais demanda de qualificações-chaves¹ do que de habilidades específicas, os próprios representantes das empresas, das indústrias e das frações do capital moderno se manifestam a favor de uma reforma do sistema educacional, uma reforma que ultrapasse rapidamente os obstáculos por eles mesmos criados em relação à qualificação dos trabalhadores.

O grande problema se coloca frente aos "excluídos" desse projeto, jovens e adultos desempregados ou não, que assistem à desvalorização das suas qualificações. Além disso, uma outra interrogação se coloca como fundamental: Que tipo de educação pode ser pensada para construir uma nova forma de solidariedade? Como pensar a educação frente à questão da "cidadania social" nesse quadro de mudança?

Estas são questões ainda sem resposta. O que procuramos mostrar nesse texto é a necessidade cada vez maior de uma reflexão em torno de questões como essas. Uma reflexão que mostre cada vez mais a necessidade do alto investimento em educação. Um investimento, lembrando Castells, equivalente aquele do período da Revolução Industrial em comunicação e em eletricidade. É neste sentido que se pode pensar numa estratégia de desenvolvimento e crescimento econômico mundial que ultrapasse os estreitos limites da atual divisão internacional do trabalho, e que ponha este crescimento a serviço da humanidade.

A discussão desse papel da educação depende, entretanto, de mudanças no sistema educacional que sejam capazes de propor aos indivíduos novas auto-definições e conceitos da realidade. São noções que devem não só constar dos currículos, mas que devem fazer parte das mudanças estruturais e institucionais e, sobretudo, de mentalidade. Devem não apenas estar no bojo de uma política educacional, mas de uma política de vida, que deve perpassar todos os setores, criando múltiplos compromissos.

Para isto o texto vai tecer algumas considerações sobre a sociedade atual a partir de alguns autores e trabalhos recentes, mostrando as exigências dessa nova ordem. Retomando Kuenzer (1992) é necessário lembrar que é a partir dessa nova realidade cujo desenvolvimento contemporâneo não permite mais separar a função intelectual da função técnica que será

¹ Qualificação Chave - qualificações amplas, conhecimento de âmbito geral, capacidade de associação de dadas informações, capacidade de decisão frente a situações complexas (Markert, 1994)

importante pensar numa formação que unifique ciência e trabalho, trabalho intelectual e instrumental. Conforme essa autora:

"*Há um reconhecimento geral, por parte de empresários e trabalhadores, que o desenvolvimento do processo produtivo, a par das pressões sociais pela democratização já não pode compactuar com um sistema escolar que recoloca a velha dualidade estrutural: escola 'desinteressada' para os dirigentes e escola profissionalizante para os trabalhadores*". (Kuenzer, 1992: 119).

II. A Complexidade das Mudanças

Hoje, se por um lado, a realidade mundial apresenta uma uniformidade crescente nos estilos de vida, nos hábitos, nas experiências cotidianas, no consumo, conduzidos por um mercado universal, determinados pelos acelerados avanços tecnológicos e definidos pelos meios de comunicação, por outro lado, cada vez mais ela mostra a dificuldade de lidar com os diversos tipos de diferenças, sejam elas sociais, culturais, étnicas, nacionais, educacionais, etc.

Trata-se, aqui, de diferenças que constroem e alimentam as democracias e não de desigualdade, que, além de determinados limites, pode agir de forma contrária, ou seja, como uma ameaça à vida democrática, construindo e consolidando o mundo dos excluídos.

Este é um desequilíbrio social que vem percorrendo toda a modernidade, e que só pode ser superado no marco da emancipação, e não da regulação (Boaventura dos Santos, 1991). A emancipação está ligada à construção da identidade social, determinada pelos círculos de referência, construídos coletivamente a partir da família, das instituições ou do próprio indivíduo. A identidade traz elementos de integração e de diferenças, de multiplicidade e de pluralidade.

A complexidade das diferenças e desigualdades no contexto das mudanças na "*sociedade globalizante e culturalmente cosmopolita*", como mostra Giddens, nos coloca frente a velhas e novas questões de ordem social. As perguntas "*Quem seremos?*" e "*Como será o viver coletivo?*"² resumem um tipo de preocupação que está aí cada vez mais presente, em diversas análises e em vários setores da sociedade. E, sobretudo, entre aqueles que

² Questões colocadas por Anthony Giddens em conferência realizada em Marília, São Paulo, UNESP, no Seminário Internacional Liberalismo e Socialismo: Velhos e Novos Paradigmas, em de abril de 1993. Ver, do mesmo autor, "*As Consequências da Modernidade*", "*Admirável Mundo Novo: um novo contexto da política*".

pensam em um tipo de sociedade, com maior equidade social e com um projeto de educação menos desigual; ou em uma sociedade "materialmente satisfeita", "ecologicamente equilibrada" e "socialmente solidária" - (Castells, 1992), uma sociedade definida não apenas pelas estratégias do mercado e sim a partir de um projeto econômico centrado em princípios éticos, na ação política capaz de construir cidadãos ativos, enfim, uma sociedade que possa combinar racionalidade com subjetividade.

Sabe-se que as possibilidades de sobrevivência de um projeto político sustentado nesses princípios dependem da articulação entre os novos fundamentos democráticos e uma economia de mercado.

Nesta articulação, está em jogo uma relação delicada entre Estado, Poder e Dinheiro; entre Crescimento Econômico, Liberdade política e Solidariedade Social; ou entre Ordem Tecnológica-econômica, Poder e Justiça social, Cultura (Habermas, Castells, Bell).

III. Estrutura Social, Regime Político e Cultura

A dimensão cultural pode ser considerada fundamental nesse processo de mudança, o que é mostrado pelos autores acima citados. Daniel Bell (1979), nas suas análises, mostra que a idéia de mudança passa pela própria redefinição da concepção burguesa do mundo – racionalista, positivista e pragmática –, que, a partir de meados do século XIX, passou a dominar não somente a estrutura tecnológica e econômica, mas, sobretudo, a cultura. Uma cultura centrada na racionalidade que moldou a sociedade como uma fábrica³, lutando para sobreviver a partir do mercado internacional e ampliando-se em todos os lugares, o que resultou na obsessão de uma identidade não mais definida em termos sociais.

Se hoje a realidade mundial tem uma dupla dimensão, ou seja, um avanço tecnológico e econômico rápido e dinâmico, contrapondo-se à pobreza e à violência, pode-se atribuir a grande responsabilidade às divergências e ao descompasso entre as três esferas que compõem a sociedade: a estrutura social; o regime político ou o sistema governamental e a cultura. A integração e a valorização dessas três esferas, o caminhar juntos nas definições das políticas públicas, na ordem democrática e na construção da cidadania podem ajudar a superar essas divergências e descompassos. O gran-

³ Cf. Alain Touraine. "Le retour de l'acteur". Fayard, 1989. Sobre a necessidade de pensar a sociedade não mais como uma fábrica, vale acrescentar as idéias apresentadas por Leo Maar Wolfgang no Seminário Internacional Liberalismo e Socialismo: Velhos e Novos Paradigmas. Marília, UNESP. (Texto mimeografado: "Fim da sociedade do trabalho ou emancipação crítica do trabalho social?").

de problema apontado por Bell (1979) é tratar a sociedade como um "sistema" unificado e organizado em termos de um grande princípio como, por exemplo, as relações de produção. A essência da mudança está na integração dos três domínios que são regidos por princípios que se opõem. Essa integração passa pela necessidade de aproximação dos diferenciados ritmos de mudança, pois as mudanças que ocorreram na estrutura social, particularmente no que se refere à ordem tecnológico-econômica, não determinaram as mudanças no campo político e cultural.

A esfera tecnológico-econômica define a organização da produção e a repartição dos bens e dos serviços. Regula o sistema de atividade e de estratificação da sociedade. Os custos e benefícios são geralmente expressos em termos monetários. Existe uma única medida de valor - a utilidade - e um princípio de mudança definido pela eficiência - um melhor rendimento, uma melhor produtividade. A estrutura social é um mundo materializado por ser uma estrutura de papéis, não de pessoas, e isto é definido pelas instituições que determinam as relações de hierarquia e de função. A autoridade pertence à posição ocupada, não ao indivíduo. Este se torna um objeto ou uma "coisa".

A esfera do poder e da justiça social detém o emprego legítimo da força e regula os conflitos para chegar à concepção de justiça. O princípio fundamental do governo é a legitimidade, e no Estado democrático o poder não pode ser exercido sem o consentimento dos cidadãos. A condição implícita é a idéia de igualdade. A estrutura fundamental consiste na representação e na participação: os partidos políticos e os grupos sociais exprimem os interesses de frações da sociedade e servem de veículo de representação e de participação das decisões.

A terceira esfera - a cultura - remete ao domínio das formas simbólicas. A cultura é um meio contínuo de manter a identidade de um grupo ou de um indivíduo, graças a um ponto de vista estético lógico, a uma concepção moral e a um estilo de vida.

Isso significa que a mudança não pode ser apenas pensada a partir dos fatores econômicos e tecnológicos e de um mercado universal, mas, sim, a partir de uma nova ordem cultural que integre cada vez mais os diversos setores.

O verdadeiro sentido da mudança, ou seja, a ação cotidiana no sentido de ir mudando as práticas culturais e os modos de vida, provocando conseqüentemente mudanças na estrutura social, significa um domínio de influência mútua, uma reciprocidade na ação em que as mudanças das práticas culturais vão influenciando as mudanças da estrutura social, ao mesmo tempo em que são influenciadas por elas.

É neste sentido que a construção da "cidadania social", no sentido de uma conquista cotidiana e progressiva do direito a ter direitos (cf. Telles, 1994; Dagnino, 1994 e Lautier, 1993) faz parte de nova "política de vida" (Cf. Giddens, 1994). Uma ação cotidiana tem como preocupação central a "conquista do espaço público" em que os sujeitos sociais se tornem sujeitos históricos, capazes de conceber e organizar esse espaço como projeto coletivo (a coisa pública) de uma ação comunicativa, dialógica, que perpassa as contradições entre o mundo vivido e o mundo sistêmico (cf. Habermas, 19... e Touraine, 1992).

Mas como efetivar esse projeto de construção de uma cidadania social? Como pensar essa ação cotidiana e transformadora de uma lógica que determinou, com exclusividade, os valores que constituíram a sociedade nesses últimos anos?

É este o maior desafio desse final de século, um desafio para o processo mais recente da globalização e que se remete para as Sociedades Locais, seus grupos, associações, comunidades de bairros, resgatando a noção de sujeito, e, nesse sentido, repensando a relação entre a Sociedade Local e Sociedade Nacional, entre Globalização e Modernidade.

A sociedade atual, para mudar, deve ser pensada como um campo de conflitos negociáveis e com uma necessidade cada vez maior de se promover uma forma mais integrada e democrática entre gestão e controle social. Pois hoje não se trata apenas de promover um maior desenvolvimento mas de saber lidar com o mesmo, de lidar com o desenvolvimento dos setores econômicos, com os rápidos e dinâmicos avanços tecnológicos, frente à exclusão (ao gradual e acelerado empobrecimento da maioria, à violência, à fome e ao desemprego).

Neste sentido a sociedade não necessita apenas da classe dirigente como o único grupo social que se ocupa da historicidade, aquele ator particular que determina o funcionamento e a transformação da sociedade, mas sim de outros agentes históricos responsáveis pela aproximação e pelo verdadeiro sentido de mudança. Tanto no campo das negociações, como nas relações cotidianas e nas relações de trabalho, com a construção de uma "liberdade criadora" no sentido usado por Touraine: uma nova dimensão do "mundo vivido" de Habermas, uma cultura verdadeiramente democrática.

Esta possibilidade, que pode ser traduzida como otimismo em relação ao futuro da humanidade, é também criada pelo poder dessas inovações tecnológicas e, sobretudo, do mundo da comunicação, pois, se por um lado os meios de comunicações ampliam o poder da classe dirigente no sentido de influenciar, de mobilizar a população ou, mesmo, transformar a socieda-

de, por outro lado, ampliam também a participação do povo. (Touraine, 199...)

A construção da cidadania aponta para a necessidade de construção e difusão de uma cultura democrática. Isto significa o repensar das nossas raízes culturais, profundamente sustentadas na cultura do mando e do autoritarismo. Significa, também, romper com a falsa noção de direitos e deveres que perpassa todas as camadas e todos os setores da sociedade. Na medida em que as crises sociais vão desvitalizando cada grupo, cada país, cada sociedade, uma desvitalização que é produto do desgaste entre uma subjetividade individual e individualista e uma cidadania direta ou individualmente reguladora e estatizante, o mundo se fragiliza.

IV. A Nova Dimensão da Solidariedade e a Construção da Cidadania Social

A consciência adquirida no processo de construção de uma autêntica solidariedade envolve um outro tipo de compromisso, que perpassa as grandes e "pequenas" dicotomias, o que implica, sobretudo, uma mudança de mentalidade dentro, fora e entre grupos, nas associações em todos os setores da sociedade. Isto significa um repensar geral dos valores, das tradições e interesses que se colocam entre as duas lógicas: a do sistema e a do mundo vivido, como se fossem duas lógicas distintas. Significa, também, um repensar da noção de direitos e deveres em todos os grupos e setores da sociedade. Significa um repensar da noção que se tem de cidadania.

A nova noção de cidadania, como mostra Evelina Dagnino (1994), está intrinsecamente ligada aos movimentos sociais na luta por direitos tanto à igualdade como à diferença, assim como à ênfase na construção, extensão e aprofundamento da democracia. Um outro elemento considerado fundamental pela autora na nova noção de cidadania é aquele que aponta para a construção e para a difusão de uma cultura democrática. A nova noção de cidadania:

*"(...) organiza uma estratégia de construção democrática, de transformação social, que afirma um **nexo constitutivo** entre as dimensões da cultura e da política. Incorporando características da sociedade contemporânea, como o papel das subjetividades, a emergência de sujeitos sociais de novo tipo e de direitos de novo tipo, a ampliação do espaço da política, essa é uma estratégia que reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para a construção democrática (...). A questão da cultura democrática assume um cará-*

*ter crucial no Brasil e na América Latina como um todo. Esta é uma sociedade na qual a desigualdade econômica, a miséria, a fome são os aspectos mais visíveis de um ordenamento social presidido pela organização hierárquica e desigual do **conjunto das relações sociais**: o que podemos chamar de **autoritarismo social**. Profundamente enraizado na cultura brasileira e baseado predominantemente em critérios de classe, raça e gênero, esse autoritarismo social se expressa num sistema de classificação que estabelece diferentes categorias de pessoas, distopostas nos seus respectivos **lugares** na sociedade. (...)* (Evelina Dagnino, 1994, p. 104-105).

As transformações significativas iniciadas pelas demandas aparentemente mais simples (de água, esgoto, escolas) para outras que se incorporaram no imaginário da sociedade, criando, mesmo ainda de maneira frágil, uma outra relação entre as classes, gêneros e raças, mostram a importância dos movimentos sociais e a influência que causam nas outras esferas da sociedade, como aponta Melluci. Mudança na vida das organizações e transformação na cultura e na moral são dois efeitos indiretos dos movimentos sociais. Considerados por ele, simultaneamente, "*fenômenos discursivos e políticos, localizados na fronteira entre as referências da vida pessoal e a política*", os movimentos sociais estão ligados a um conjunto de redefinições na formação da identidade dos indivíduos nas sociedades modernas, tais como os processos de interferência na estrutura biológica do ser humano, nas formas de organização da natureza, nas formas de comunicação entre os homens e na própria definição de cultura. Os movimentos sociais procuraram incorporar novos modelos organizacionais nos diversos setores da sociedade, incluindo, entre eles, a escola e os sistemas educacionais (Mellucci, cf. Avritzer e Lyyra, 1994).

Originário de um amplo Movimento Nacional em favor dos jovens marginalizados surge, por exemplo, o Projeto Axé como um dos modelos organizacionais fora da esfera do Estado.

Criado em 1990, o Projeto Axé, uma Organização Não Governamental em Defesa e Proteção à Criança e do Adolescente, vem sensibilizando e responsabilizando os outros setores para a efetivação dos direitos de cidadania dessas crianças e adolescentes.

Marcado por uma concepção de solidariedade, de emancipação e de ética, esse Projeto opera com uma lógica que se situa na concepção do chamado "terceiro setor" e vem abrindo possibilidades para outros como o Programa Cidade Mãe, criado pela Prefeitura da cidade do Salvador.

É neste sentido que esses projetos e programas, assim como o Movimento pela Cidadania e Contra a Fome e o Movimento Pela Ética na Política devem ser pensados. A figura de Betinho, por exemplo, que vem reconstruindo no imaginário da sociedade brasileira a idéia de solidariedade, pode ser considerada um elemento significativo da mudança social, embora o movimento "Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida" signifique para alguns indivíduos, grupos ou setores, algo de efeito limitado ou paliativo, ou até esteja em descaso. É importante ressaltar que esses movimentos perceberam a necessidade urgente do desencadeamento de um processo que comece a dar conta das exigências da cidadania, mas sem negar o Estado.

III. Globalização e Modernidade

No conjunto atual das rápidas mudanças que aconteceram nas últimas décadas, mudanças que estão transformando a sociedade, um fenômeno tem particular importância: a globalização, uma noção bastante discutida, mas vista, sobretudo, na perspectiva do econômico, o que, de certa forma, limita sua compreensão. Para entendê-la é necessário situá-la na dimensão da Modernidade, que também enfrenta uma ampla e complexa discussão neste final de século.

Mas, o que é Modernidade?

O Ocidente acreditou durante muito tempo que a Modernidade era o triunfo da razão, a destruição das tradições, das crenças. Mas, hoje, todas as categorias que se submeteram às regras da dominação (trabalhadores, colonizados, mulheres, crianças, negros) estão revoltados e se recusam a chamar moderno um mundo que não reconhece suas particularidades e subjetividades, a idéia de pertencimento, e que não lhes permite o acesso ao universal (cf. Touraine, 1994).

Para Marshall Berman uma característica da modernidade é a busca das pessoas em entenderem o significado de suas vidas num contexto em que todos sentidos estão caindo aos pedaços.⁴

Giddens diz que "*modernidade' refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência. Isto associa a modernidade a um período de tempo e a uma localização geográ-*

⁴"*Mas Media - Modernidade e Democracia*". Conferência promovida em Salvador em agosto de 93, pelo Instituto Pensar.

fica inicial, mas por enquanto deixa suas características principais guardadas em segurança numa caixa preta" (Giddens, 1991, p. 11).

Giddens não distingue claramente o universo pós-moderno. Ele prefere definir os complexos mecanismos que separam o moderno do pré-moderno, a relação tempo e espaço, procurando compreender a própria modernidade, mostrando que além dela já se pode perceber os contornos de uma ordem nova e diferente, que é "pós-moderna", diferente do que é atualmente chamado "pós-modernidade". Nós não vivemos inteiramente em uma situação pós-moderna, de dissociação completa entre o sistema e o ator, afirma Touraine. Ele prefere falar numa sociedade pós-industrial, "Sociedade Programada", definida sobretudo pela importância da "indústria cultural".

A globalização estrutura um campo de debate no qual cada Sociedade Nacional deve ser repensada. A Sociedade Nacional continua a ter vigência, com seu território, população, mercado, moeda, hino, bandeira, governo, constituição, cultura, religião, história, formas de organização social, façanhas, heróis, santos, monumentos e ruínas. A Sociedade Global não é uma extensão quantitativa e qualitativa da Sociedade Nacional. O local e o global estão distantes e próximos, são diversos e idênticos. A globalização pode ser algo muito novo. A humanidade de que se falava no passado era uma idéia, uma hipótese, utopia. A globalização que prenuncia o séc. XXI já está aí, esperando ser pensada, revelando a humanidade como ela começa a ser (cf. Ianni, 1994). É a partir dessa noção que se identifica a capacidade que têm os indivíduos, os grupos, as categorias de cada sociedade de construir sua própria experiência, de lutar contra o esfacelamento do sujeito.

A globalização, como mostra Giddens (1990, 1994), "*é a transformação do espaço e do tempo*". É um fenômeno não tão recente, mas cuja intensidade, como ele mostra, está diretamente relacionada ao rápido desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte de massas. A globalização afeta não somente espaços locais mas também as intimidades da existência pessoal, já que nossas experiências e atividades cotidianas são cada vez mais influenciadas e determinadas por eventos que estão ocorrendo do outro lado do mundo. De forma recíproca, os hábitos, estilos de vida, consumo, comportamento de cada indivíduo ou grupos de cada local podem ter uma consequência global. A globalização não constitui um processo, mas uma mistura complexa de processos, que freqüentemente atuam de forma contraditória, produzindo conflitos, desarticulações e novas formas de estratificação (Giddens, 1991; 1994).

Ainda no quadro das prioridades das mudanças que configuram essa ordem cosmopolita, Giddens aponta em segundo lugar e, como consequência da Globalização, a emergência de uma ordem social pós-tradicional. Nela

a tradição não desaparece e sim modifica o seu status. Abre-se ao questionamento e ao debate, explica-se, apresenta justificativas, expõe-se claramente. É uma transformação que está estreitamente relacionada à transformação da natureza. "*Tradição e natureza costumavam ser, e de fato eram, 'paisagens' relativamente fixas estruturando a atividade social. A dissolução da tradição, entendida em sua forma tradicional, se entrelaça com o desaparecimento da 'natureza' - onde "natureza" diz respeito ao meio ambiente e a eventos ocorridos independentemente da ação humana*".

A terceira mudança apontada por Giddens é a expansão da reflexividade social. "*Numa sociedade 'destradicionalizada' o indivíduo deve habituar-se a filtrar todos os tipos de informação relevantes para sua situação e agir rotineiramente baseado no processo de filtragem*". Um mundo de reflexividade intensificada é um mundo de "*pessoas inteligentes*". Com essa afirmação Giddens procura mostrar a necessidade de maior participação e engajamento dos indivíduos no mundo mais amplo, para nele sobreviver. Mostra a importância do tratamento, da filtragem das informações e do próprio conhecimento científico na rotina cotidiana dos indivíduos, assim como uma maior autonomia de ação no mundo do trabalho, como nas outras esferas.

No domínio da política, o Estado não pode mais tratar de forma automática os seus cidadãos. O desenvolvimento generalizado dos mecanismos políticos ortodoxos, as demandas pelo fim da corrupção, da violência, da desigualdade, são, de certa forma, expressões da reflexividade social.

É a partir dessa rápida introdução, centrada na análise de Giddens sobre os três pontos principais das mudanças que transformaram a sociedade, que se coloca uma questão central: a educação. Como pensá-la nesse mundo que está exigindo "*pessoas inteligentes*"?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry.

1986 Modernidade e revolução. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, b.14, p.2-15, fev.

ATENDT, Hannah.

1987 *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

AVRITZER, Leonardo. (org.) et al.

1994 *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey.

BELL, Daniel.

1979 *Les contradictions culturelles du capitalisme*. Paris: Presses Universitaires de France.

BRETON, Philippe, PROULX, JORGE.

- 1993 *L'explosion de la communication. La naissance d'une nouvelle idéologie*. Paris-Montreal: La Decouvert/Boréal.
- BOURDIEU, Pierre.
1989 *O poder simbólico*. Trad. de Fernanda Tomaz. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand.
- BUARQUE, Cristovam.
1991 *O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CASTEL, Roberto.
1995 *Les métamorphoses e la question sociale (une chronique au salariat)*. Paris; Fayard.
- CASTELLS, Manuel.
1992 A economia informacional, a nova divisão internacional do trabalho e o projeto socialista. *Caderno CRH*. Salvador, n.17, p.5-34.
- CHAUÍ, Marilena.
1991 Política e cultura democrática: o público e o privado entram em questão. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. [s.l.], n.32, jun.
- DAGNINO, Evelina (org.)
1994 *Anos 90 política e sociedade no Brasil*. São Paulo Brasiliense. "Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania"
- FREIRE, Paulo.
1986 *Educação e mudança*. 11.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREITAG, Barbara.
1984 *Escola, estado e sociedade*. São Paulo: Moraes.
- FRIGOTTO, Gaudêncio.
1995 *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez.
- GIANNOTTI, José Arthur.
sd A sociabilidade travada. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. [s.l.].
- GIDDENS, Anthony.
1991 *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: UNESP.
- GIDDENS, Anthony.
1994 Admirável mundo novo: o novo contexto da política. *Caderno CRH*. Salvador, n.21, p.9-28, jul/dez.
- HABERMAS, Jurgen.
1987 A nova intransparência: a crise do estado de bem estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.18, set.
- HABERMAS, Jurgen.
sd Mudança estrutural da esfera pública. *Tempo Universitário*. São Paulo.
- IANNI, Octávio.
1994 *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- KUENZER, Bruno.

- 1992 A questão do ensino médio no Brasil: a difícil superação da dualidade estrutural. In: MACHADO, Lucila Regina de Souza et al. *Trabalho e educação*. Campinas, SP: Papyrus, (Coletânea C.B.E.).
- LAUTIER, Bruno.
1993 Informalidade das relações de trabalho e cidadania na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, n.18, p.5-48.
- LIPIETZ, Alain.
1991 *Uma alternativa para o século XXI*. Prefácio de Francisco de Oliveira. Trad. Estela dos Santos Abreu. São Paulo; Nobel, 1991.
- MACHADO, Lucilia R.de Souza et al.
1992 *Trabalho e educação*. Campinas,SP: Papyrus. (Coletânea C.B.E.)
- MARKERT, Werner (org.)
1994 *Teorias de educação do iluminismo, conceitos de trabalho e do sujeito*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- MORIN, Edgar.
1981 *Pour sortir du XX siècle*. Paris: Fernad Nathan Collection poins/Essais.
- NASCIMENTO, Elimar.
1994 A exclusão social na França e no Brasil: situações (aparentemente) invertidas, resultados (quase) similares? In: *O Brasil no rastro da crise*. São Paulo, ANPOCS/IPEA/
Hucitec.
- NASCIMENTO, Elimar.
1994 Hipótese sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. *Caderno CRH*, Salvador, n.21, p.9-28, jul/dez.
- ROSANVALON, Pierre.
1995 *La nouvelle question sociale*. (Repenser L'Etat. providence). Paris, Seuil.
- SCHAFF, Adam.
1985 *A sociedade informática*. São Paulo: INESCO/Brasiliense.
- SOUZA SANTOS, Boaventura.
1991 Subjetividade, cidadania e emancipação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [s.l.], n.32, jun.
- TELLES, Vera da Silva.
1994 *Pobreza, movimentos sociais e cultura política: notas sobre as difíceis relações entre pobreza, direitos e democracia*. O Brasil no rastro da crise. São Paulo: ANPOCS/IPEA/Hucitec.
- TOURAINÉ, Alain.
1984 *Le retour de l'acteur*. Paris: Fayard.
- TOURAINÉ, Alain.
1989 *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. São Paulo: Trajetória Cultural.
- TOURAINÉ, Alain.
1992 *Critique de la modernité*. Paris: Fayard.